

Desigualdade de renda e políticas distributivas: duas questões metodológicas

Rubens Penha Cysne

Vários países, o Brasil em particular, fazem políticas distribucionistas com o objetivo de minorar a desigualdade de renda. Não é nosso objetivo discutir, no presente artigo, a pertinência ou não de tais medidas. Mas apenas trazer ao conhecimento do leitor a existência de dois problemas de cunho metodológico que precisam ser bem entendidos quando se trata de tal assunto.

Primeiro, as medidas de desigualdade (como o coeficiente de Gini) costumam depender positivamente de variáveis cíclicas da economia como o índice de desemprego. Tal fato dificulta as comparações de ambas, seja para o mesmo país em períodos distintos do tempo, seja entre diferentes países. De fato, uma mensuração da desigualdade pode ter-se dado quando o desemprego era alto, e outra quando o desemprego era baixo. Como para

cada economia tal processo tende a evoluir de forma cíclica, compensando-se ao longo do tempo, os números do coeficiente de Gini ficam viesados neste caso, respectivamente, para cima e para baixo.

Segundo, medidas de desigualdade não mensuram o que seria mais importante do ponto de vista econômico e das políticas governamentais de redução das desigualdades de longo prazo: a mobilidade social vertical das famílias. Refletem apenas, quando muito, fotografias estáticas de uma determinada economia, sem considerar como a passagem do tempo influencia cada agente econômico tomado em separado.

Pioneirismo

Iniciemos com a dependência das medidas de desigualdade do nível de desemprego. Metcalf (1969) e Blinder e Esaki (1978) foram os trabalhos pioneiros na comprovação desta regularidade empírica. Posteriormente a literatura avolumou-se sobremaneira, a correlação positiva entre desigualdade e desemprego sendo também confirmada, dentre outros, por Bishop et al. (1994), Jantti (1994) e Mocan (1999), com dados relativos aos Estados Unidos; Nolan (1986) com dados da Inglaterra; Bjorklund (1991), com dados da

Suécia; e Blejer e Guerrero (1990), com dados das Filipinas. No Brasil, Cardoso et al. (1995) chegaram ao mesmo tipo de conclusão.

A despeito de todos estes trabalhos comprovarem que o desemprego eleva a desigualdade de renda, a literatura teórica carece ainda de explicações suficientes, em diferentes contextos, para tal fenômeno. Em particular, de explicações baseadas em modelos que incorporem três das características básicas dos mercados de trabalho: as decisões sobre aceitação ou não de emprego são em geral tomadas com base em uma análise intertemporal e de longo prazo; tais decisões estão sempre sujeitas a incerteza sobre a duração futura de cada emprego; e há também incerteza relativa à ocorrência ou não de novas ofertas de trabalho, a cada período, para os trabalhadores que se encontrem desempregados.

Dois artigos publicados recentemente proveem explicações teóricas parciais para a correlação entre o coeficiente de Gini e a taxa de desemprego. Ambos utilizam, como seria desejável, um arcabouço dinâmico e sujeito a incerteza.

O primeiro [Cysne (fevereiro de 2009)] mostra que uma ampla classe de modelos de procura de mão-de-obra, que se iniciou com o trabalho pioneiro de McCall (1970), é capaz de explicar tal correlação.

O artigo se inicia provendo uma expressão que permite o cálculo direto do coeficiente de Gini a partir de qualquer distribuição estatística de oferta de salários da parte das firmas. E mostra, a partir disto, utilizando uma versão ligeiramente modificada do arcabouço teórico proposto por McCall, que a desigualdade de renda e o desemprego movem-se na mesma direção quando aumenta a probabilidade de demissão ou a probabilidade de não se acharem ofertas de trabalho a cada período. No caso limite no qual a distribuição de oferta de trabalho consta de um salário único e o desemprego não é total, o coeficiente de Gini se confunde com a própria taxa de desemprego, gerando uma correlação igual à unidade.

Helpman et al. (2008), alternativamente, concluem que tal correlação pode ser gerada quando se eleva a heterogeneidade das firmas que vão ao mercado demandando mão-de-obra.

A correlação positiva entre desigualdade e desemprego faz com que as comparações do coeficiente de Gini, sejam internacionais ou, no caso de uma mesma economia, tomadas em diferentes pontos do tempo, devam ser interpretadas com bastante cautela. Isto porque elas dependerão de como

A correlação positiva entre desigualdade e desemprego faz com que as comparações do coeficiente de Gini devam ser interpretadas com cautela

se apresentavam algumas variáveis macroeconômicas (desemprego em particular) no momento da mensuração. Ter isto em mente é importante porque é em função de tais números que se decide e mensura a necessidade e o sucesso (ou insucesso) das políticas públicas distribucionistas.

Passemos agora ao segundo ponto deste artigo: o fato de o coeficiente de Gini, tratando-se de medida efetuada sempre em um determinado ponto do tempo, não incorporar a informação relativa à mobilidade social vertical de cada família tomada em separado.

Distorção

Imagine, para isto, duas economias com o mesmo índice de desigualdade de Gini. Suponha, entretanto que, na primeira, seja comum que pessoas que nascem pobres consigam galgar vários

Políticas distribucionistas podem elevar a desigualdade de renda de longo prazo quando reduzem o grau de liberdade econômica

graus na escala de poder aquisitivo, através do trabalho e da iniciativa empresarial. E que, na segunda, isto não ocorra (por exemplo, devido a um sistema de classes ou algo do tipo). Para todos os efeitos, a primeira economia certamente tem uma concentração de renda bem menor do que a segunda, tendo em vista que quem nasceu pobre tem razoáveis chances de ascender na escala de renda. A igualdade do coeficiente de Gini nas duas economias, entretanto, não permite a visualização deste fato.

Tal ponto foi inicialmente levantado por Friedman (1962)¹, e é particularmente importante para países desejosos de reduzir sua desigualdade de renda, através da introdução e manutenção de políticas distributivas. Sua não-observância pode fazer com que políticas distributivas majorem a desigualdade, ao invés de reduzi-la.

De fato, imagine uma sociedade sem seguro desemprego, na qual todos tenham a mesma capacidade de trabalho e, quando empregados, ganhem o mesmo salário. Suponha ainda que, nesta sociedade cada indivíduo passe, de forma exatamente equivalente a todos os demais, certo período de tempo (ao longo de toda a vida) desempregado.

Um economista que calcule o coeficiente de concentração de renda para tal economia concluirá que existe grande desigualdade, posto que a observação da economia em um determinado ponto do tempo mostrará trabalhadores ganhando salários positivos e outros, desempregados, ganhando um salário igual a zero. Ao longo do tempo, entretanto, não há desigualdade nenhuma, pois por hipótese todos passam o mesmo período de tempo durante a vida desempregados. Ou seja, os empregados de hoje serão os desempregados de amanhã e vice-versa, igualando os ganhos e perdas ao longo do tempo de vida de cada um.

Neste contexto, uma política distribucionista temporária poderá aumentar a desigualdade de renda, ao invés de reduzi-la. De fato, suponha que inicialmente ela gere transferências para os trabalhadores desempregados, à custa dos trabalhadores empregados. No período subsequente, quando os desempregados estiverem empregados e vice-versa, uma possível interrupção da política distribucionista (por motivos quaisquer) terá premiado uma parte da população à custa da outra, sem compensações posteriores. Como no início todos eram iguais (a menos do desemprego cíclico rotativo e de duração homogênea para todos), a política terá elevado a desigualdade (de zero para algum valor superior a zero).

De forma muito mais geral, políticas distribucionistas podem elevar a desigualdade de renda de longo prazo quando reduzem o grau de liberdade econômica, por meio de impostos de várias naturezas e de alíquotas demasiado elevadas, instituídos com o objetivo de financiar as transferências determinadas pelo governo. Isto porque tal tipo de medida pode acabar por coibir fortemente a iniciativa e o espírito empresarial, exatamente os fatos que costumam caracterizar as sociedades com elevada mobilidade social. ■

Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
(<http://www.fgv.br/professor/rubens>)

¹Veja também Flinn (2002). Cysne e Turchick (2009) formalizam esse ponto.

Referências bibliográficas

- Bishop, John A., J. F. Formby, e R. Sakano, 1994. Evaluating Changes in the Distribution of Income in the United States. *Journal of Income Distribution* 4:1 (1994), 79-105.
- Björklund, A., 1991. Unemployment and Income Distribution: Evidence From Sweden. *Scandinavian Journal of Economics*, 93 (3), 457-465.
- Blejer, M. I., e I. Guerrero, 1990. The Impact of Macroeconomic Policies on Income Distribution: An Empirical Study of the Philippines. *Review of Economics and Statistics* (1990), 414-423.
- Blinder, A., and H. Y. Esaki, 1978. Macroeconomic Activity and Income Distribution in the Postwar United States.
- Cardoso, E., R. P. de Barros and A. Urani, 1995. Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: The 1980's, in: Dornbusch, R. and S. Edwards (eds.), *Reform, Recovery and Growth: Latin American and Middle East*. The University of Chicago Press, pp. 37-64.
- Cysne, Rubens P. 2009. On The Positive Correlation Between Income Inequality And Unemployment. *The Review of Economics and Statistics*, Fev. 2009, 91(1), p. 218-266.
- Cysne, R. P. e Turchick, D. 2009. Measuring Long Run Inequality in Inequality Measurements. Mimeo, EPGE.
- Flinn, C. J., 2002. Labour Market Structure and Inequality: A Comparison of Italy and the U.S. *Review of Economic Studies*, 69, 611-645.
- Friedman, M., 1962. *Capitalism and Freedom*. Publicado no Brasil pela Editora Artenova, São Paulo, em 1977.
- Helpman, E., Itskhoki O. e Redding, S. 2008. Wages, Unemployment And Inequality With Heterogeneous Firms And Workers. NBER Working Paper 14122.
- Jantti, Markus, 1994. A More Efficient Estimate of the Effects of Macroeconomic Activity on the Distribution of Income. *Review of Economics and Statistics* 76, 372-377.
- McCall, John, J., 1970. Economics of Information and Job Search. *Quarterly Journal of Economics*, 84: 113-126.
- Metcalf, C. E., 1969, The Size Distribution of Personal income During the Business Cycle. *American Economic Review*, 657-668.
- Moan, N. H., 1999. Structural Unemployment, Cyclical Unemployment and Income Inequality. *The Review of Economics and Statistics*, 81(1): 122-134.
- Nolan, B., 1986. Unemployment and the Size Distribution of Income, *Economics* 53, N. 212, 421-445.